
COSSE, Isabella; LLOBET, Valeria; VILLALTA, Carla; ZAPIOLA, María Carolina (Org.). *Infancias: políticas y saberes en Argentina y Brasil, siglos XIX y XX*. Buenos Aires: Teseo, 2011. 426 p.

Patrice Schuch

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Ao focar-se nas políticas e saberes associados a produção das infâncias, o livro *Infancias: políticas y saberes en Argentina y Brasil, siglos XIX y XX* dinamiza uma série de elementos que se integram a debates importantes e produtivos que correlacionam saberes mais específicos da história, psicologia, educação, sociologia e antropologia. Tais saberes não estão por acaso reunidos nesta coletânea. Ao contrário, manifestam uma primeira característica importante desse campo investigativo, que é a sua associação com um conjunto de práticas associadas à emergência da “infância” simultaneamente como representação, objeto e instrumento de governo. Uma das questões para as quais o livro funciona é para incitar reflexões sobre os efeitos de tal conformação nesse campo acadêmico “engajado” e, simultaneamente, como esse tipo de acomodação dos campos de debate incide na formação de conhecimento nos variados ramos disciplinares e na criação de novos estilos de envolvimento públicos.

Um ponto relevante a ser ressaltado é a pluralidade das “infâncias” afirmada no título da obra argentina, apontando para agendas de pesquisas na área mais abertas às contingências contextuais, históricas e culturais da produção das “infâncias”, mesmo às não hegemônicas ou mais diretamente associadas à sua configuração “moderna”. Isso significa uma dupla condição desse campo de estudos: de um lado, uma estreita conexão com um conjunto de questões públicas sobre “infância” e, de outro lado, uma constante exploração dos limites de tais modos de configuração das questões e des-totalização da “infância”. O combate à noção totalizadora de “infância” aparece no livro a partir das quatro partes em que a obra é subdividida: enfoques teóricos e metodológicos sobre o tema; saberes e tecnologias envolvidas na constituição da criança moral e científica; políticas da infância, comunidades e famílias; e, finalmente, dispositivos penais e assistenciais no campo da “menoridade”.

O debate acerca dos enfoques analíticos e suas visibilidades e invisibilidades é o tema da primeira parte do livro, “Enfoques teóricos y metodológicos de un campo en construcción” que agrega os textos de Sandra Carli, Lucía Lionetti e Moisés Kuhlmann Jr. O artigo de Sandra Carli destaca aspectos importantes da configuração desse campo de investigação na Argentina, chamando atenção para a visibilidade que certos temas mais próximos à configuração da infância como problemática social tem – como, por exemplo, trabalho infantil, direitos humanos e crianças na rua – ao passo que configurações familiares e morais de classes médias e altas são fenômenos pouco analisados. Lucía Lionetti detém-se na relação entre infância e educação, incentivando pesquisas em torno da dimensão social e cultural da educação, para além das pedagogias e práticas oficiais. O artigo de Moisés Kuhlmann Jr. dialoga com essa perspectiva, incitando a reflexões contextualizadas acerca da “infância” que, inclusive, possam extrapolar perspectivas normativas próprias do que o autor chama *educentrismo*, quando se desconsidera o conjunto de relações sociais em que se produzem os fenômenos educativos. Tomados em conjunto, os três textos defendem a noção de que se trata menos de relacionar a “infância” com uma essência ou somente a partir de sua construção normativa, representada pelas políticas educativas e legais, e mais de aproximá-la às circunstâncias em que é chamada a existir, o que pluraliza irremediavelmente tal noção e os próprios campos de pesquisas na área.

Na segunda parte do livro, “Saberes y tecnología: la crianza ‘moral’ y ‘científica’”, há uma preocupação com a relação entre técnicas científicas e processos de regulação moral. O artigo de María Adelaida Colángelo trata da constituição médica da noção de “natureza infantil” na Argentina do final do século XIX e início do século XX. A autora destaca como as noções de crescimento e desenvolvimento foram fundamentais para a constituição médica da “natureza infantil”, ao mesmo tempo em que constituem as duas grandes metáforas com que as sociedades ocidentais modernas têm compreendido e explicado a infância. O texto de Cecilia Rustoyburu, acerca da produção de discursos sobre os hormônios na Argentina da década de 1930, adensa tal cenário. Na época estudada, ao desenvolvimento evolutivo das crianças em relação aos adultos se adicionavam ideias culturais de gênero que estabeleciam correspondências ideais entre a genitália, a identidade, a expressão de gênero e a orientação sexual, conformando padrões de normalidade e patologia para o feminino e o masculino. A partir desses textos, é justo interrogarmos se tal

noção de “natureza infantil” não marca ainda importantes discussões legais em torno da noção de “crianças” (e adolescentes) como “seres em desenvolvimento”, presente em dispositivos legais contemporâneos (tal como, por exemplo, na vigente legislação brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente). Caso sigamos esse caminho, é possível desestabilizar retóricas frequentes que atribuem ao universo legal o exclusivo papel normativo, uma vez que vemos certa colonização das leis por concepções médicas que lhe antecedem. Nesse caso, o texto de Adriana Álvarez e Daniel Reynoso, que aborda as práticas de atenção à infância popular enferma realizadas pela assistência filantrópica no Sanatorio Marítimo e no Solarium, na localidade de Mar Del Plata, entre 1920 e 1930 faz sentido, ao refletir sobre os compromissos morais que permeavam as políticas interventivas no período estudado. Menos do que uma política legal, tratava-se de um compromisso de caridade honroso que dizia respeito à construção da modernidade nacional argentina.

Ainda nessa seção, temos o texto de Claudia Fonseca, que se interessa em discutir como evidências científicas legitimam certas políticas sociais e são produzidas e promovidas conjuntamente com certas atitudes morais. Concentrando-se na discussão sobre o programa “Primeira Infância Melhor”, a autora discute como a noção de “educação infantil” vincula-se, no programa em questão, à noção de “mãe” como a responsável principal – senão exclusiva – do êxito ou fracasso do filho. O artigo ainda traz a proposição do conceito de “tecnologias de governo” como possibilidade de entender a corrente circulação de conceitos e práticas globais de intervenção e as formas de relação, na prática, entre mecanismos nacionais e internacionais de produção de conhecimento e política. É o único artigo a se deter especificamente no caso brasileiro, em que pese o título da obra referir-se aos estudos na Argentina e Brasil.

A terceira parte do livro, intitulada “Bienestar y cuidados: políticas de infancia, comunidades y familias”, estabelece certas continuidades com os textos anteriores, como no artigo de María José Billorou. A autora aborda o trabalho da Comisión Nacional de Ayuda Escolar (1938-1943) na Argentina, que difundia os princípios de uma dietética racional e científica, numa marcada influência dos saberes médicos no campo escolar. A relação entre escola, Estado e novas concepções de infância também está presente no trabalho de Paola Gallo, que aborda as mudanças nas relações de autoridade em uma escola entre os anos de 1946-1983, associando tal mudança com as novas concepções acerca da relação adulto-criança. Os últimos textos da terceira

parte do livro, entretanto, também deslocam as formas analíticas empregadas nos artigos anteriores, ao privilegiarem os atores sociais a partir do estudo etnográfico. María Florencia Gentile estuda as práticas de constituição das categorias de “infância” e “inclusão social” na Argentina contemporânea, a partir do estudo de uma instituição governamental e uma organização não governamental. O método etnográfico também é utilizado no estudo de Laura Santillán sobre as formas em que se territorializam as intervenções sociais, a partir da relação entre o cuidado infantil e a vida familiar em bairros populares de Buenos Aires. A abordagem a partir dos atores e suas formas de apreensão e construção de categorias, presentes nos artigos de Gentile e Santillán, acaba enfatizando a heterogeneidade e incompletude das políticas de intervenção, uma contribuição fundamental para o campo de estudos em questão.

Por fim, a parte do livro intitulada “El campo de la ‘minoridad’: entre dispositivos penales y asistenciales” concentra problematizações sobre o Estado e suas práticas e interseções. Yolanda de Paz Trueba problematiza as práticas de caridade privada realizadas em Azul, uma localidade do centro da província da Buenos Aires, nos fins do século XIX. Já o texto de Leandro Stagno contribui na compreensão das controvérsias envolvidas na configuração das diversas leis internacionais e argentinas para a administração jurídica da população de crianças e jovens. Os trabalhos de Carolina Ciordia e de Silvia Guemureman podem ser relacionados a partir das reflexões sobre práticas institucionais contemporâneas: de um lado, Ciordia aborda as Casas de Convivência gerenciadas por ONGs que travam tensas relações com o Estado na Argentina; de outro lado, Guemureman reflete sobre a institucionalização de adolescentes na Argentina devido a causas penais, de 2001 a 2008. Tomados em conjunto, esses últimos textos provocam reflexões sobre o Estado, na medida em que pressupõem um Estado construído e reconstruído a partir de práticas diversas, o que dirige a atenção para o modo como tais práticas moldam as políticas regulatórias daquilo que chamamos de “Estado”. Tal como nas demais seções do livro, trata-se de uma rica contribuição para os estudos na área, evidenciando como este campo de estudos, em que pese sua estreita vinculação com um conjunto de questões “sociais”, pode dinamizar problematizações variadas que não se reduzem à própria construção das “infâncias”, a partir da extrapolação de pontos de vistas menos normativos sobre o assunto e mais atentos às dinâmicas e heterogeneidades da própria vida social.